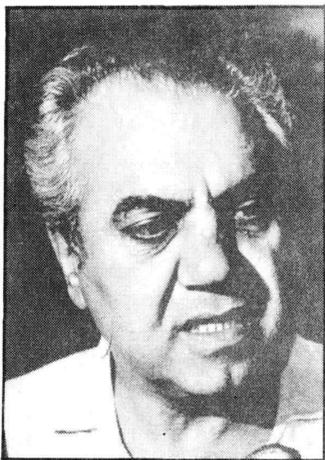


# Cabral prevê consenso sobre o sistema

BRASÍLIA — A implantação gradual do parlamentarismo pode ser a garantia para que a transição democrática seja concluída. A afirmação é do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). A proposta, para ele "é o caminho para o consenso". Apesar de não entrar no mérito da duração do mandato presidencial — uma das emendas dos Deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) Cid Carvalho (PMDB-MA) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) prevê seis anos para o Presidente Sarney —, o relator se disse favorável a todas as sugestões "que afastem o risco de desestabilização das instituições".

Mesmo seguro de que o parlamentarismo é defendido pela ampla maioria dos constituintes, o Senador José Richa (PMDB-PR) advertiu que, sem negociação, vai se chegar a um impasse. Richa e o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) disseram que o ideal é que a proposta seja negociada antes da apresentação do substitutivo de Cabral, no dia 16.

A proposta de implantação gradual do parlamentarismo foi discutida, ontem, na casa do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em reunião convocada para disciplinar os trabalhos da Comissão de Sistematização. Nas três horas de reu-



Richa: "Sarney admite discutir"

nião, porém, falou-se no assunto apenas por cerca de 15 minutos, segundo os participantes.

Richa garantiu que todas as forças políticas, inclusive o Governo, estão dispostas a procurar um acordo em torno dessa idéia. Ele adiantou que o fato de o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, estar discutindo com os parlamentaristas mostra que, para o Presidente José

Sarney, a questão não está fechada. Sarney, segundo Richa, admite discutir o princípio da implantação gradual do parlamentarismo e sua concretização e chegou à conclusão de que "a idéia é válida".

O que o PMDB dificilmente aceitará, segundo os Líderes do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), e na Constituinte, Senador Mário Covas, é seis anos de mandato para Sarney. Covas declarou que continuará lutando pelos quatro anos. Richa chegou a se irritar quando indagado se a implantação gradual do parlamentarismo implicaria seis anos de mandato para Sarney. Respondeu que esta é apenas uma das várias propostas que estão sendo avaliadas.

Na reunião foram feitas avaliações numéricas sobre o tema. O Deputado Konder Reis (PDS-SC) confirmou que, no partido, há apenas seis presidencialistas contra 31 parlamentaristas. O Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), reafirmou que suas pesquisas mostram uma vantagem de dois por um para o parlamentarismo.

O Deputado Alcení Guera (PR), Vice-Líder do PFL, avaliou que, apesar de majoritários, os parlamentaristas terão que negociar a aprovação da mudança de sistema, sobretudo graças à articulação de Sarney.

## Para Fernando Henrique, PMDB só aceita se mandato for de cinco anos

BRASÍLIA — A garantia de um mandato de seis anos para o Presidente José Sarney, na proposta de implantação gradual do parlamentarismo, não conta com o apoio da maioria do PMDB, na avaliação do Líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Apesar de reconhecer as dificuldades para a mudança no sistema de governo com a oposição do Presidente da República, o Senador acredita factível a preservação da proposta de gradualismo na adoção do parlamentarismo, mas com a fixação de um mandato presidencial de cinco anos.

Na reunião de parlamentaristas realizada na quinta-feira na casa do Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), a questão da duração do mandato do Presidente Sarney foi considerada negociável no grupo de 23 constituintes, de acordo com o Fernando Henrique. O Líder repetiu que a definição da Constituinte pelo sistema parlamentarista terá que passar por uma opção pelo Presidente da República, como a transferência gradual dos seus poderes atuais ao futuro Primeiro-Ministro.

Fernando Henrique ressaltou, porém, que se deve buscar a concilia-

ção da mudança do sistema de governo com as aspirações da maioria da opinião pública — favorável a eleições diretas para Presidente da República — e os interesses do Presidente Sarney.

A fixação de um mandato de seis anos para o Governo atual contrariaria, segundo ele, as manifestações populares, que indicam eleições diretas a curto prazo. Caso não seja possível adotar o sistema parlamentarista na nova Constituição, Fernando Henrique não tem dúvidas de que a tendência da maioria dos constituintes será definir as eleições presidenciais diretas ainda para 1988.

Sobre as pesquisas de opinião feitas recentemente, que revelam a preferência da maioria da população pelo sistema parlamentarista, ele chamou a atenção para a diferença reduzida constatada nessas pesquisas entre os adeptos de um e de outro sistema. A realização de debates sobre o sistema parlamentarista, com o objetivo de esclarecer a sociedade sobre suas características, inverteria esses resultados sem dificuldades, acredita o Senador.

## Virgílio afirma que a proposta não tem apoio

BRASÍLIA — O Senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos relatores adjuntos da Comissão de Sistematização, disse ontem que a proposta do Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), de implantação do parlamentarismo no sexto e último ano do Governo Sarney, dificilmente seria "degradável pela opinião pública".

— Sou suspeito para falar, porque sou presidencialista, mas sempre ouvi, dentro do Congresso, que a maioria dos parlamentares queria quatro anos de mandato para o Presidente. Como agora propõem seis anos? E preciso que primeiro me expliquem isso.

Virgílio, que integra o "Grupo dos 32", responsável por uma proposta de Constituição denominada "Hércules", disse que os parlamentaristas estão muito entusiasmados e garantem ser amplamente majoritários. Na Comissão de Sistematização, segundo Virgílio, os parlamentaristas asseguram ter nove votos de vantagem sobre os presidencialistas. Não se sabe, porém, se estes números estão corretos, o que só se poderá confirmar na hora do voto.

Pessoalmente com restrições à nova fórmula apresentada pelos parlamentaristas, Virgílio disse que a aprovação dependerá do Presidente Sarney e dos partidos que o apoiam na Constituinte.

## Emenda destaca o papel histórico do Presidente

BRASÍLIA — Eis a íntegra da emenda que propõe parlamentarismo com mandato presidencial de seis anos:

Disposições transitórias

Art... — Dentro de 90 dias da promulgação desta Constituição, o Presidente da República nomeará o Primeiro-Ministro e demais membros do Conselho de Ministros, delegando àquele as atribuições que julgar convenientes para as atividades do seu Governo, podendo, a qualquer tempo, exonerá-los sem audiência da Câmara dos Deputados.

§ 1º — O Primeiro-Ministro e o Conselho de Ministros transmitirão à Câmara dos Deputados o programa do Governo para o exercício administrativo, logo após as respectivas nomeações.

§ 2º — O Primeiro-Ministro comparecerá mensalmente à Câmara dos Deputados para debater questões relativas ao programa de governo.

Art... — Na primeira semana da sessão legislativa de 1989, o Presidente da República submeterá à Câmara dos Deputados o nome do Primeiro-Ministro, que será destituído das suas funções se tiver contra ele o

voto de dois terços da Câmara dos Deputados, o que implicará a demissão do Conselho de Ministros.

§ Único — Se for rejeitado o Primeiro-Ministro, na forma deste artigo, o Presidente da República submeterá outro nome à Câmara dos Deputados, o qual só poderá ser rejeitado por dois terços de seus membros. Se ocorrer novamente a rejeição, o Presidente da República nomeará de livre escolha o Primeiro-Ministro, ocorrendo em todas as hipóteses o previsto nos parágrafos do artigo anterior.

Art... — Nos dez primeiros dias da sessão legislativa de 1990, o Presidente da República, na forma do artigo 122 das disposições permanentes, nomeará o Primeiro-Ministro, passando a proceder de acordo com o disposto nos demais artigos desta Constituição.

Art... — Serão diretas as eleições de 15 de novembro de 1990, para sucessão do atual Presidente da República.

Justificativa

As disposições transitórias acima procuram uma gradual adaptação do

sistema de governo do País às normas aperfeiçoadas do modelo parlamentarista, postas nas regras permanentes da Constituição.

Promulgando-se a Constituição em dezembro de 1987, o processo de adaptação do Governo ao parlamentarismo, na prática, vai ocorrer da seguinte forma:

1) Em 1988 ocorrerá nomeação do Primeiro-Ministro e do Conselho de Ministros, subordinados ao Presidente da República, governando sob expressa delegação deste último.

2) A partir de 1989, o Primeiro-Ministro poderá ser demitido, não só pelo Presidente da República como também pela Câmara dos Deputados, continuando a Chefia do Governo nas mãos do Presidente da República.

3) Em 1990, no sexto ano do mandato presidencial, será implantado o regime parlamentarista, segundo as normas permanentes da Constituição.

Caberá ao Presidente Sarney a grande missão histórica de, no sexto ano do seu Governo, implantar definitivamente o sistema parlamentarista no Brasil.

## Fogaça só aceita discutir forma de implantação

PORTO ALEGRE — O Senador José Fogaça (PMDB-RS) disse ontem que em nenhum momento os parlamentaristas autorizaram negociações sobre o mandato do Presidente Sarney. Ao comentar a proposta de implantação gradual do sistema de governo com seis anos de mandato para Sarney, Fogaça disse que o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e o Senador José Richa (PMDB-PR), que levaram a idéia ao Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, deviam discutir a forma pela qual se organizaria a transição para o parlamentarismo.

Fogaça entende que a discussão do mandato presidencial é outro assunto e que o fato de ser apresentada junto com a proposta do grupo parlamentarista poderá até mesmo prejudicar o debate. Segundo ele, existem muitos Deputados do PMDB e de outros partidos que, embora sejam a favor do parlamentarismo, são favoráveis ao mandato de quatro anos para o Presidente Sarney.

— Adotado o parlamentarismo, não tenho, pessoalmente, qualquer restrição ao mandato do atual Presidente — disse Fogaça. — Poderá ser até de dez anos, uma vez que quem governará o País será o Primeiro-Ministro. Só entendo que a maneira como foi encaminhada a questão prejudicará a nossa proposta e poderemos perder para os que defendem o sistema presidencialista.

Fogaça lembrou que apresentou uma emenda sobre sistema de governo segundo a qual, promulgada a nova Constituição, dentro de seis meses seria formado o Governo.

## Leônidas ouve tendências, mas não revela sua opinião

BRASÍLIA —

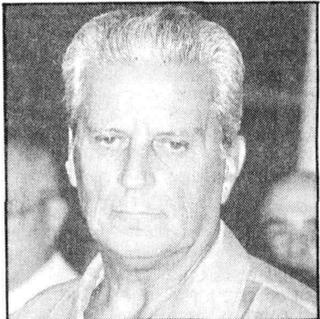
Nem entusiasmo nem rejeição. Na festa que acabou servindo de cenário para uma conversa demorada sobre a implantação do parlamentarismo, sábado à noite, o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, preferiu basicamente ouvir os parlamentaristas, com quem dividiu uma das mesas da mansão em que mora o Ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, aniversariante do dia.

Leônidas ouviu o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) por quase duas horas. Desses defensores do parlamentarismo e do Senador Virgílio Távora (CE), um dos seis presidencialistas da bancada do PDS, ouviu números que parecia desconhecer sobre a tendência parlamentarista.

O Ministro não disse que desconhecia essa tendência, mas foi essa a impressão que deu aos interlocutores. Leônidas insistiu num só ponto: é preciso encontrar o momento adequado para mudar o sistema.

Segundo quem conversou com o Ministro, numa roda freqüentada também pelo Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, Leônidas não deixou claro que condições indicariam esse momento.

Na conversa que tiveram dez dias



Momento certo preocupa Ministro

atrás, na residência do Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), os parlamentaristas ouviram dos Ministros militares a opinião de que há uma condição essencial para a mudança de sistema: a de que o Presidente Sarney concorde. Na festa de sábado à noite, Leônidas lembrou essa posição, enquanto ouvia nú-

meros e outros argumentos parlamentaristas. Fernando Henrique argumentou que o cuidado que se deve ter de buscar o "momento adequado" não pode produzir nem configurar uma situação de "vazio de poder".

A proposta de conceder ao Presidente Sarney o mandato de seis anos — respeitando a atual Constituição e contrariando vontade expressa de Sarney em pronunciamento à Nação — foi comentada na mesa de Leônidas. Por ela transitou um dos autores da emenda — o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Segundo Virgílio Távora, o Ministro ficou "fechado em copas" sobre a emenda e Costa Couto não fez comentários.

Ontem, enquanto Cid Carvalho continuava a justificar a proposta que assinou, Fernando Henrique e Virgílio tratavam de criticá-la. Fernando Henrique não aprecia a idéia de garantir seis anos ao Presidente Sarney. Virgílio é presidencialista.